

Itaú Unibanco, demissões assombram o fim de ano



Nessa quinta, 09/11, o sindicato foi surpreendido com a demissão de 5 funcionárias do Itaú em Petrópolis. Esse banco que obteve um lucro de R\$ 26,217 bilhões nos nove primeiros meses de 2023, montante 13,4% maior em relação ao mesmo período de 2022, inacreditavelmente e inexplicavelmente é o mesmo banco que segue com inúmeras e contínuas demissões, Brasil afora.

Já foram fechados mais de 1.087 postos de trabalho e 180 agências físicas no Brasil em 12 meses. Nos últimos três meses foram fechadas 31 agências, uma média superior a 10 agências fechadas por mês. E, nesse mesmo período, foram extintas 886 vagas de trabalho, ou seja, uma média absurda de mais de 295 postos de trabalho extintos a cada mês. Recentemente, em Petrópolis, o Itaú fechou uma agência de grande porte (prefixo 0122, em frente ao Obelisco).

Com essa atitude irresponsável e desumana, perdem os trabalhadores que tiveram seus empregos ceifados, perdem os funcionários que passam a trabalhar ainda mais sobrecarregados e perdem os clientes e usuários do Itaú, com menos pontos e postos de atendimento. "Lamentável essa política do Itaú, só pensa em lucrar e não na responsabilidade com os seus funcionários e clientes", informou o presidente do SindBancários Petrópolis" e funcionário do Itaú, Sávio Barcellos.

Senado aprova reforma tributária

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira, em dois turnos de votação, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária que prevê a unificação de tributos e uma "trava" para o crescimento da carga, entre outros pontos, e volta agora para a Câmara dos Deputados, após ser modificada pelos senadores.

Em discussão há décadas no Congresso, a reforma tributária avança mais uma etapa em sua tramitação em uma votação relativamente rápida no Senado, levando-se em conta a obrigatoriedade de análise em dois turnos e a complexidade do tema. Tanto no primeiro quanto no segundo turno o texto principal da proposta obteve 53 votos a favor e 24 contrários, confirmando expectativa do governo, que calculava angariar aproximadamente 50 votos. Por se tratar de uma alteração constitucional, a proposta precisava de ao menos 49 votos a favor.

A proposta retorna para a Câmara, onde já havia sido aprovada em julho, justamente por ter sido alterada pelos senadores. Há, no Congresso, quem defenda uma promulgação fatiada da PEC, deixando os pontos de discordância para uma proposta paralela.

Encerrada a votação da PEC no Senado e na Câmara, o Congresso terá a tarefa de analisar projetos de lei complementar que regulamentem as alterações constitucionais. O governo tem planos, ainda, de enviar, no início de 2024, uma reforma do Imposto de Renda.